

Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 14

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Folha de pagamentos: Ministério da Fazenda considera propor desoneração do salário mínimo3

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

O que pode fazer o Banco Central baixar os juros? Especialistas respondem4

VALOR ONLINE - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma terá efeito misto sobre empresas abertas 6

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Estamos no caminho de deixar o país pronto para decolar" ,afirma Haddad8

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira: pressão das big techs foi "horrível e desumana" 10

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Isenções em xeque (Artigo)12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Por unanimidade, STF suspende presunção de "boa-fé" no ouro 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A controvérsia do empate nos julgamentos tributários (Artigo) 15

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Fazenda já mira mais medidas relacionadas ao Imposto de Renda 16

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Copom mantém juro em 13,75%, mas reconhece progressos na política fiscal 17

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Impacto tributário no setor de infraestrutura - OPINIÃO JURÍDICA19

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
ECONOMIA

A controvérsia em torno da taxa Selic (Artigo)21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

EUA elevam juro em 0,25 ponto e indicam pausa no ciclo de altas23

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

No Brasil, dólar e Bolsa fecham em queda após decisão25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

À espera do arcabouço fiscal, BC mantém a Selic em 13,75%.....	27
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Brasil tem de atrelar crescimento e ambiente, diz relatório.....	28
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Arcabouço: bloqueio de despesas pode voltar a ser obrigatório.....	30
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL ECONOMIA	
EUA apoiam antecipar crédito do FMI para a Argentina.....	32
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
"Caso desmoraliza Bolsonaro, mas Lula precisa de resultados".....	35
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Fed aumenta juros e pode encerrar ciclo de aperto (Editorial).....	37

Folha de pagamentos: Ministério da Fazenda considera propor desoneração do salário mínimo

Por **Alexandro Martello**, g1 - Brasília

O governo pode propor uma desoneração não linear, reduzindo a tributação sobre a folha de pagamentos somente sobre o salário mínimo. A informação é do secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária**, Bernard Appy.

A gente está avaliando qual vai ser a melhor forma de fazer, não necessariamente vai ser linear. Você pode desonerar mais uma parcela do salário, desonerar primeiro o salário mínimo, uma discussão que surgiu, e não desonerar linearmente [todos] os salários. E o que vai dar para fazer vai depender muito de como conseguir financiar, declarou Appy ao g1.

Atualmente, a contribuição patronal sobre a folha de pagamentos é de 20%. Se a desoneração for completa, os rendimentos de até um salário mínimo, atualmente em R\$ 1.320, ficariam livres dessa cobrança. Com esse formato, a desoneração beneficiaria principalmente as contratações de trabalhadores com salários menores.

De acordo com o secretário Bernard Appy, essa discussão será levada adiante somente no segundo semestre deste ano, após a conclusão da **reforma tributária** sobre o consumo - que está sendo avaliada pelos parlamentares desde o início dos trabalhos no Legislativo em 2023.

Ela [desoneração da folha] tem custo, e aí, como vai financiar? A gente não quer financiar no consumo, que já é muito tributada. E a gente não quer criar a CPMF [Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira]. Nessa primeira fase não tem como incluir a desoneração da folha. Nessa segunda fase sim, vamos discutir mudanças no IR e, aí sim, talvez na mudança da renda, consiga financiar a desoneração da folha, acrescentou ele.

Desonerações

A discussão sobre a desoneração da folha de pagamentos ganhou destaque nos últimos anos. A equipe econômica do governo Bolsonaro, chefiada por Paulo Guedes, defendia a instituição de um tributo

sobre movimentação financeira para financiar essa mudança. Diante das resistências no Congresso Nacional, o tema não chegou a ser pautado.

Atualmente, está em vigor a desoneração da folha de pagamento das empresas dos 17 setores da economia que mais geram empregos no país. As empresas desses setores substituem a contribuição previdenciária, de 20% sobre os salários dos empregados, por uma alíquota sobre a receita bruta, que varia de 1% a 4,5%. A regra vale somente até o fim de 2023.

Além da contribuição patronal de 20%, os empregadores também têm de recolher, no Brasil, um seguro para acidentes de trabalho, o FGTS de 8% (do salário do trabalhador), contribuições para o salário educação e para o sistema S.

O empregado, por sua vez, contribui com 11% do seu salário. As contribuições de patrões e trabalhadores varia de 34% a quase 43% no Brasil. A exceção são as empresas do Simples Nacional, que pagam menos **tributos**.

De acordo com estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgado em 2022, a alíquota média da contribuição dos empregadores dos 13 países de economias avançadas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) se situou entre 20% ou 16% (em sistemas regressivos).

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/05/04/folha-de-pagamentos-ministerio-da-fazenda-considera-propor-desoneracao-do-salario-minimo.ghtml>

O que pode fazer o Banco Central baixar os juros? Especialistas respondem

Por João Sorima Neto, Ivan Martínez-Vargas e Renan Monteiro - São Paulo e Brasília

Expectativas de **inflação**, nova regra fiscal para equilibrar contas públicas, saúde financeira dos bancos, câmbio, cotação das commodities, política de expansão de crédito do BNDES, política monetária nos EUA, situação econômica global. Afinal, quais são os fatores que podem fazer o Banco Central (BC) do Brasil começar a baixar a taxa básica de juros, a Selic?

Ontem, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC decidiu manter os juros em 13,75% ao ano pela sexta vez consecutiva. O atual patamar é o mais alto desde novembro de 2016, quando a taxa estava em 14% ao ano. O Banco Central voltou a falar em "paciência e serenidade" na condução da política monetária, mesma expressão que usou no **comunicado** da decisão de março.

Economistas e analistas de mercado ouvidos pelo GLOBO identificam tom mais ameno em relação aos comunicados passados como uma sinalização positiva em relação à proposta de nova regra fiscal apresentada pelo Ministério da Fazenda. E apontam o que está no horizonte dos diretores do BC para que possam cogitar baixar os juros.

Para Luciano Rostagno, estrategista do banco Mizuho, o BC vai observar o que vai ser aprovado do arcabouço fiscal (cuja proposta para substituir o teto de gastos foi entregue pelo presidente Lula ao Congresso) e se haverá impacto nas expectativas de **inflação**. A decisão do BC levou em consideração principalmente a piora das expectativas de **inflação** para este ano, de 6%, e para 2024, de 4,18%, segundo o boletim Focus, que reúne a média das projeções do mercado.

- O BC sinalizou que não há espaço para cortar os juros em junho. E a aprovação do arcabouço é importante, embora não seja garantia de queda de juros - diz Rostagno.

Segundo ele, se o Conselho Monetário Nacional (CMN) mudar a meta de **inflação** em junho, o BC deverá acompanhar como isso vai impactar as projeções para a **inflação**. A meta para 2023 é 3,25% e para 2024, de 3%. Se as metas subirem, o BC pode

ter algum espaço para reduzir juros, mas ele observa que isso não é mecânico, ou seja, se a meta subir não significa que os juros caem automaticamente.

O economista-chefe da Austin Rating, agência de classificação de risco, Alex Agostini, afirma que a decisão seguiu critérios técnicos diante das perspectivas de alta da **inflação** e de continuidade da expansão dos gastos públicos.

Agostini diz que o BC não sinalizou qualquer movimento para a próxima reunião, mas avalia que se o Conselho Monetário Nacional (CMN) elevar a meta de **inflação** para este ano e para 2024, há chance de uma queda de juros de até 0,5 ponto percentual na reunião de junho. Mas, se a meta não mudar, uma possível queda só aconteceria em agosto.

- O BC sinalizou que a aprovação do arcabouço não significa queda de **inflação**, e que não é garantia de queda de juros. Mas se a meta de **inflação** for elevada para 4% este ano, com intervalo de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, acredito que há espaço para redução de juros de até 0,5 ponto percentual em junho - diz Agostini.

Na estimativa do grupo de economistas da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), a Selic deve encerrar o ano a 12,50% ante uma projeção anterior de 12,75%. Os economistas da instituição preveem o início do ciclo de queda dos juros para setembro diante da recente melhora gradual da **inflação**. Há consenso no grupo de que o BC não reduzirá os juros antes da reunião do CMN em junho.

Com a manutenção da Selic em 13,75%, o Brasil manteve o primeiro lugar do ranking com os maiores juros reais entre 40 países pesquisados pela Infinity Asset Management. O país tem taxa real de 6,82%, ficando à frente de México (6,13%), Colômbia (5,13%), Chile (4,89%) e Filipinas (2,62%), respectivamente os cinco primeiros do ranking. Nos EUA, mesmo com a elevação de 0,25% dos juros promovida nesta quarta pelo Federal Reserve (Fed), o banco central americano, o juro real é de 0,08%, deixando a maior economia do mundo na 16ª colocação do ranking.

- O Brasil ainda registra dúvidas na ancoragem das expectativas de **inflação** e ausência de um arcabouço

fiscal aprovado e crível - diz Jason Vieira, economista-chefe da Infinity, lembrando que mesmo com uma queda de 0,25 ponto percentual o país manteria a primeira colocação.

Para o economista-chefe da XP, Caio Megale, o Copom reforçou que persistirá "até que se consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas". Na visão dele, o **comunicado** reiterou que "não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso o processo de desinflação não transcorra como esperado", embora tenha acrescentado que este seja "um cenário menos provável".

- Enxergamos um **comunicado** consistente com um cenário de Selic estável para os próximos meses, pelo menos - afirmou.

Para ele, à medida que a **inflação** global desacelera e a demanda doméstica perde força, o Copom inicia um ciclo de flexibilização gradual no segundo semestre. O economista prevê um corte de 0,25 pp na reunião de agosto, seguido de sucessivos cortes de 0,50 pp até a Selic atingir 11,00% no primeiro semestre de 2024. Para Megale, as metas de **inflação** mudarão a partir de 2024, e o Copom alongará seu horizonte de política monetária para o atingimento da meta.

Para Silvio Campos Neto, sócio da consultoria Tendências, apesar da recente desaceleração dos preços, as projeções de **inflação** para 2024 ainda indicam um não cumprimento da meta por parte do governo.

- O foco da política monetária é 2024 e mesmo as projeções do Banco Central são acima do centro da meta, estão em 3,6% para 2024. Boa parte do mercado contempla ainda uma mudança da meta ao longo das próximas semanas, em junho, quando o Conselho Monetário deve se reunir para deliberar sobre o assunto. Por isso, a tendência é de espera - afirma.

O analista ressalta que, embora haja "pressão e ansiedade" por parte do empresariado e do governo para que haja uma redução da Selic, o cenário fiscal do país "inspira alguma preocupação". O posicionamento conservador do BC faz sentido, defende Silvio Campos Neto. A projeção da Tendências é de que o corte de juros comece em agosto e a Selic chegue a 12,5% em dezembro. A consultoria projeta ainda uma elevação da meta de **inflação** em junho, de 3% para 4%, e estima a **inflação** em 4,4% no ano que vem.

- Uma alta da meta pode não se traduzir em queda de juros, vai depender da mudança nas expectativas do

mercado em relação à **inflação**. Se o arcabouço fiscal aprovado der a impressão de evitar quadro de descontrole fiscal, abre esse espaço. Se mudar para pior, as expectativas de **inflação** podem migrar em direção ao teto da meta, para 5,5%. Aí mudar a meta seria pior do que mantê-la.

Para o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, ainda há incerteza quanto à durabilidade da atual desaceleração da **inflação**. Ele também ressalta que a nova regra fiscal é fraca e "mal desenhada", o que aumenta o risco de descontrole fiscal e turbina expectativas de alta inflacionária.

- O BC ressalta na minuta da reunião que quer ver um programa de estabilização da dívida. O superávit primário para o ano que vem deveria ser de 2,5% do **PIB** para vermos isso, mas as contas do governo estimam chegar a isso em 2026 e com parâmetros que estão fora da realidade, não são factíveis - afirma Vale.

A autoridade monetária deve esperar o Congresso apresentar uma contraproposta à regra fiscal antes de iniciar quaisquer cortes da Selic, avalia o economista.

- Além disso, a possível revisão da meta de **inflação**, em junho, para cima seria ruim. Se mudar a meta para 4%, entendo que o mercado quase que imediatamente vai mudar a expectativa de **inflação** de 2024 para 5%, e com isso a possibilidade de o BC subir ainda mais os juros talvez se concretize - ressalta.

O economista afirma, ainda, que avanços quanto à discussão de uma **reforma tributária** poderiam estimular cortes de juros. A estimativa da MB Associados é que o corte comece em setembro e que a Selic termine 2023 em 12,25%. A projeção de **inflação** para 2024 é de 4%.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/financas/noticia/2023/05/o-que-pode-fazer-o-banco-central-baixar-os-juros-especialistas-respondem.ghtml>

Reforma terá efeito misto sobre empresas abertas

Por Marta Watanabe - De São Paulo

A **reforma tributária** sobre consumo deve ter efeito heterogêneo entre as companhias de capital aberto, segundo levantamento feito pelo banco Santander em estudo que considerou 114 empresas distribuídas em 15 setores. O peso do total de **tributos** sobre consumo cobrados antes e depois de uma reforma com a adoção de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) de 25% manteria a carga em 9% da receita bruta, considerando o conjunto dos setores.

O grupo de tecnologia, mídia e telecomunicações (TMT) deve ter uma das maiores reduções, com tributação indireta que cai de 29% para 12% da receita bruta. Agronegócios, varejo e alimentos e bebidas também ficam com taxaço menor, segundo o estudo. Entre os que mais devem ter aumento de carga relativa estão o setor de investimentos imobiliários, instituições financeiras, saúde e educação, indica o levantamento. Esses segmentos estão entre os que podem ter tratamento diferenciado, embora não exatamente favorecido em todos eles, segundo declarações de representantes do governo. Mineração, transportes e celulose e papel também devem ter aumento de carga, diz o estudo.

Entre as 15 maiores empresas do Valor 1000 que foram alvo do estudo, Petrobras, Vale e Suzano Papel e Celulose podem ter aumento da tributação indireta como proporção da receita bruta com a adoção de um IVA de 25%. As demais empresas devem ter redução ou carga neutra.

O estudo considerou a entrada imediata em 2023 da alíquota de IVA de 25%, sem regra de transição, e também sem nenhuma mudança no cenário em termos de outros efeitos possíveis da reforma, como crescimento de **PIB**, repasse de preços, ganhos de eficiência ou mudança de comportamento dos agentes econômicos, explica Aline Cardoso, responsável pela área de research e estratégia de ações do Santander Brasil, uma das autoras do relatório. "Os resultados, portanto, devem ser interpretados como os melhores ou piores cenários das companhias", diz Aline.

Ela lembra também que as empresas que vendem bens ou serviços a outras empresas e estão no meio da cadeia de produção, como instituições financeiras e investimentos imobiliários, podem ser menos

impactadas. "As companhias B2B devem ter maior facilidade para repassar o aumento de carga tributária."

O efeito maior, diz Aline, deve ficar para setores que atendem diretamente ao consumidor final. Empresas do setor de saúde e educação, destaca, estão entre elas. Para esses setores, porém, representantes do governo federal têm sinalizado com tratamentos diferenciados, aponta o próprio estudo.

No total de 15 setores carga se mantém em 9% da receita bruta depois da **reforma tributária**

Atualmente são duas as propostas que o governo federal espera que sirvam como base para uma **reforma tributária** sobre consumo. Uma é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019 e outra é a PEC 110/2019. As duas propõem a substituição dos atuais PIS, Cofins e IPI, federais, além do estadual ICMS e do municipal ISS por um IVA cobrado no destino, não cumulativo, com desoneração de exportações e de investimentos. A maior diferença é que a PEC 45/2019 propõe a criação de um IVA único, enquanto a PEC 110/2019 estabelece um IVA dual, um no âmbito federal e outro subnacional, reunindo ICMS e ISS.

Para se calcular o IVA de 25%, o estudo do Santander estimou, para cada empresa estudada, a receita bruta de 2023. Do valor foram subtraídos o custo do produto vendido e as despesas operacionais, também estimadas para este ano. Depois foi acrescida a despesa de pessoal estimada para 2023. Esse foi o valor adicionado que foi considerado para se calcular o impacto dos 25% de IVA.

Entre algumas das considerações para setores específicos, Aline destaca que para as instituições financeiras foi considerada apenas a aplicação do IVA sobre a receita com tarifa de serviços. No caso das companhias de energia elétrica, somente a receita de geração. Aline explica que, na distribuição e transmissão, por contrato, ajustes de **impostos** são repassados para as tarifas, o que mitigaria os efeitos da reforma sobre as companhias nessas atividades. Cálculos preliminares do banco, diz ela, indicam que, considerados os efeitos também sobre transmissão e distribuição, deve haver redução de carga, o que pode ser benéfico também para a **inflação**. Regimes ou

tratamentos diferenciados existentes hoje, como Zona Franca de Manaus e Simples, foram mantidos para estudo do impacto.

Ítalo Franca, economista do Santander e co-autor do estudo, diz que a busca de uma alíquota de IVA o mais homogênea possível, como tem defendido o governo federal, é o melhor caminho do ponto de vista macroeconômico. A eliminação de subsídios torna a tributação sobre consumo mais isonômica, o que contribui para efeitos positivos como redução de contencioso e crescimento da economia, com aumento do **PIB** potencial em prazo mais longo.

Para ele, a reforma é bem-vinda, embora a aprovação da emenda constitucional demande ainda muitos debates, não somente de questões setoriais como federativas. Os Estados, exemplifica, devem querer definir um fundo de compensação. Para ele, a aprovação da emenda pode adentrar o segundo semestre deste ano, com definições importantes a serem feitas em lei complementar e a serem discutidas no decorrer de 2024.

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Reforma terá efeito misto sobre empresas abertas

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/05/04/reforma-tera-efeito-misto-sobre-empresas-abertas.ghtml>

"Estamos no caminho de deixar o país pronto para decolar", afirma Haddad



Haddad: "Estamos fazendo tudo em parceria com Congresso e Judiciário, que tem nos dado razão em vários temas"

Guilherme Pimenta e Raphael Di Cunto De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta quarta-feira, 3, que indicadores da economia brasileira "mostram projeção de crescimento maior este ano, com câmbio controlado apesar da turbulência internacional".

Haddad também afirmou que as perspectivas para a arrecadação mostram "que é possível projetar o equilíbrio das contas no curto prazo".

"Estamos no caminho de deixar o Brasil pronto para decolar.

Aprovando a **reforma tributária**, o arcabouço fiscal e as reonerações, temos uma estrada pavimentada para o Brasil seguir seu rumo, com crescimento compatível com o potencial do país", disse. O câmbio fechou a quarta-feira em queda de 1,08%, abaixo dos R\$ 5 - R\$ 4,9919. A Bolsa de São Paulo teve baixa de 0,13%.

O ministro da Fazenda declarou também que a votação do arcabouço fiscal na Câmara dos Deputados deve ficar para a semana do 15 de maio, já que na próxima semana nem ele nem o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), estarão no Brasil. Ele se reuniu na tarde de quarta-feira com o deputado federal Claudio Cajado (PP-BA), relator do texto do arcabouço.

Segundo Haddad, a intenção é que toda a equipe da Fazenda e do Planejamento esteja no Brasil para esclarecer eventuais dúvidas sobre o texto. "Obviamente que na reta final pode ter alguma questão, alguma dúvida, alguma questão de redação e interpretação", afirmou.

O parecer, disse, está sendo construído pelo relator junto aos técnicos e também deve ser apresentado nas próximas semanas.

"O relator está recebendo sugestões, mas pelo o que percebi da conversa, a espinha dorsal do projeto, que é garantir responsabilidade fiscal com flexibilidade e inteligência, para obter resultados pretendidos, com trajetória das variáveis macroeconômicas bem ajustadas e horizonte de médio e longo prazo adequado para investidores se sentirem à vontade de virem ao Brasil, penso que está alinhado", comentou o ministro.

"Estamos fazendo tudo em parceria com o Congresso e com o Poder Judiciário, que tem nos dado razão em vários temas de suma importância para atingirmos nossos objetivos." Um pouco antes, Arthur Lira havia afirmado que o relatório de Cajado sobre o novo arcabouço fiscal deveria ser divulgado ainda na quarta-feira e que alterações serão necessárias, mas que estão trabalhando para preservar o escopo do texto enviado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Até a noite da quarta-feira o texto não havia sido apresentado.

Segundo Lira, o relator tem se reunido com técnicos para finalizar a proposta. Ele defendeu que o projeto não pode ser contaminado pela polarização política que tem tomado o país. "O arcabouço [fiscal] não pode entrar na poluição dessa discussão, a **reforma tributária** não pode entrar nessa poluição", disse. Nesse contexto, a operação policial contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) "com certeza" não vai melhorar o ambiente para aprovação.

"O que aconteceu hoje [ontem] foi bom? Não foi bom. Vai melhorar o ambiente? Tenho certeza que não. Não estou acompanhando as redes sociais, mas deve estar um alvoroço, com gente defendendo e gente atacando", disse.

"Essas coisas [da operação] foram necessárias?
Quem vai dizer é a Justiça", comentou.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187535?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187535?page=1§ion=1)**

Lira: pressão das big techs foi "horrível e desumana"



PABLO VALADARES/CÂMARA DOS DEPUTADOS/14-02-2023

Críticas. Arthur Lira, presidente da Câmara, diz que as "big techs ultrapassaram todos os limites da prudência"

GABRIEL SABOIA E GERALDA DOCA
política@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, afirmou que a Casa vai entrar com uma ação contra as big techs pela atuação que elas tiveram durante as discussões do PL das Fake News. Em entrevista ontem à GloboNews, Lira disse que a pressão das empresas foi "horrível, desumana e mentirosa".

-Pedi ontem ao advogado da Câmara, vou movimentar a procuradoria e também o diretor-geral para que forneçam dados sobre os abusos. Defender o seu pleito, tranquilo. Mas usar os seus instrumentos para impulsionar ou atrapalhar ou cercear que a outra parte se movimente e se mobilize, com todos os meios que detém, algoritmos, influência nos estados... A pressão foi horrível, desumana e mentirosa -afirmou Lira.

O presidente da Câmara ressaltou que as big techs praticaram "atos quase de horror" contra os deputados.

Com a urgência aprovada na tramitação do projeto, as empresas aumentaram a pressão contra o texto e recorreram a postagens de anúncios com críticas à proposta e impulsionaram conteúdos falsos, como o que previa que o PL baniria versículos da Bíblia.

Durante a entrevista à GloboNews, Lira afirmou que reúne relatos feitos por deputados sobre ameaças físicas e por meio das redes sociais, como forma de intimidar a análise do projeto pela Câmara, para uma ação judicial.

-As big techs ultrapassaram todos os limites da prudência.

Se a gente puder comparar, é como se tivessem impedido o funcionamento de um Poder -disse Lira, ao falar de como a Câmara vai reagir: - Vamos entrar com ação responsabilizando pelo ato quase de horror que elas praticaram na vida dos deputados em uma semana para a votação dessa matéria.

O texto do relator Orlando Silva foi apresentado no dia 27 e trouxe mudanças que atenderam a reivindicações de parlamentares, como a retirada da proposta que previa a criação de um órgão regulador para redes sociais, e a pressões de bancadas, como a evangélica, que exigiu normas mais claras para garantir o livre exercício da expressão e dos cultos religiosos presenciais ou remotos.

Para o presidente da Câmara, o assunto é complexo e o país continua preso em um clima de polarização.

Por isso, a votação do PL das Fake News precisou ser adiada na última terça-feira.

-O clima não está fácil de ser conduzido no Parlamento, por diversos motivos.

Tanto pela complexidade do assunto, como pela polarização.

As discussões dizem respeito a tudo, menos ao texto - afirmou Lira.

O presidente da Câmara citou como exemplo das várias discussões os ataques ocorridos em escolas do país.

Segundo Lira, os debates renderam quase 90 emendas ao texto.

Pautado para ser votado na terça-feira no plenário, o PL das Fake News foi adiado a pedido do próprio Orlando Silva, que planeja uma segunda tentativa no prazo de até duas semanas. Contudo, o presidente da Casa ainda não definiu uma nova data para a inclusão do projeto na pauta do plenário.

Ainda durante a entrevista na GloboNews, Lira foi questionado sobre a possibilidade de inelegibilidade

do ex-presidente Jair Bolsonaro após a operação de ontem da Polícia Federal. O parlamentar disse que este julgamento pode trazer reflexos: - Estamos muito longe das eleições presidenciais.

Mas, torná-lo inelegível pode potencializar nomes de direita.

A inelegibilidade causa efeitos. O momento atual, a meu ver, é de fortalecimento da direita.

POLARIZAÇÃO POLÍTICA Para o presidente da Câmara, a polarização política não vai atrapalhar as discussões das pautas econômicas no Congresso Nacional.

Ao ser indagado se a aprovação do arcabouço fiscal está em risco, o deputado assegurou: - Penso que não (...). O nosso trabalho é para que essa polarização não venha para as pautas econômicas.

O arcabouço é uma matéria importantíssima para o país.

Arthur Lira acrescentou que o relatório do arcabouço apresentado ontem virá com ajustes. O parlamentar defendeu que o Executivo envie as medidas complementares à proposta por meio de projetos de lei e não por medidas provisórias (MPs). Para o presidente da Câmara, as MPs "assolam o debate".

Lira sugeriu que projeto de lei em regime de urgência tende a ser analisado de forma mais tranquila.

Ao final da entrevista, o presidente da Câmara ressaltou que, durante o funcionamento da CPMI dos Ataques Golpistas, o plenário da Casa vai funcionar normalmente: -O arcabouço e a **reforma tributária** não podem entrar nessas discussões.

Sob pressão, PL das Fake News recebeu ajustes

Texto do relator O relator Orlando Silva (PCdoB) apresentou no dia 27 o texto do PL das Fake News. Foi retirado da proposta o trecho que previa a criação de um órgão regulador para as plataformas de redes sociais, que encontrava resistência entre parlamentares.

A entidade seria responsável por fiscalizar o cumprimento de regras.

Urgência aprovada Dois dias antes, a Câmara havia aprovado um requerimento de urgência do projeto, instrumento para acelerar a tramitação do texto que pula a etapa das comissões. Prevista para última terça-feira, a votação foi adiada.

Concessão a igrejas Após pressão dos evangélicos, o relator deixou mais explícito que o projeto não representa impedimentos à liberdade religiosa. Foi acrescentado no texto que deverá ser respeitado "o livre exercício da expressão e dos cultos religiosos, seja de forma presencial ou remota, e a exposição plena dos seus dogmas e livros sagrados".

Ação das big techs Com o regime de urgência do PL, as big techs aumentaram a pressão.

Plataformas distribuíram anúncios com críticas à proposta e impulsionaram conteúdos com informações falsas sobre o texto.

Governo reage A Secretaria Nacional do Consumidor determinou que o Google sinalize como "publicidade" conteúdos produzidos e veiculados pela empresa com críticas ao PL. Já o STF determinou que a PF ouça os presidentes de Google, Meta (dona do Facebook, WhatsApp e Instagram), Spotify e Brasil Paralelo e que anúncios contra projeto sejam retirados do ar.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Isenções em xeque (Artigo)

Guilherme Cezar Coelho, Fundador da Samambaia.org e membro do Conselho de Governança do Gife (Grupo de Institutos e Fundações Empresariais)

Como revelado por esta Folha ("Nota da Receita alerta sobre riscos políticos em corte de gastos tributários", 27/4), a **Receita Federal** recomendou, ainda em 2019, uma revisão lenta, gradual e segura das isenções fiscais, de maneira integrada a uma **reforma tributária**. Dos 4,5% do **PIB** gastos com isenções -e que no ano que vem somarão R\$ 486 bilhões-, deveríamos rever, reduzir e chegar a 2%, com transições, previsibilidade e segurança jurídica.

Como sabemos, a proposta do novo arcabouço fiscal requer uma **reforma tributária**, pois exige mais arrecadação. É isso não quer dizer necessariamente aumento de **impostos**. O Brasil tem uma oportunidade de cortar gastos: cortar gastos tributários, as chamadas "isenções". Uma colcha de retalhos sobre a qual há pouca métrica ou transparência e que soma o dobro do rombo no Orçamento federal para este ano. Aqui é possível -e devido- um ajuste fiscal. É um ótimo desafio, não apenas para o Executivo Federal, mas também para o Tribunal de Contas da União (TCU) e, especialmente, para o Congresso.

Pesquisas do Centro de Estudos da Metrópole (USP), lideradas por Marta Arretche, revelam que 67% das propostas em matéria tributária apresentadas na Câmara e no Senado entre 1988 e 2020 tratavam de isenções fiscais. Agora, na tramitação da **reforma tributária**, não só não podemos permitir que essa história se repita como devemos rever todas as isenções concedidas -incluindo o Simples, que é a maior delas. E, pensando de maneira integrada, o jeito de se melhorar o Simples -e ajudar no crescimento e evitar a sonegação- é, no momento de uma revisão do modelo, reduzir o Imposto de Renda da Pessoa Física e da Pessoa Jurídica.

Um sistema tributário é reflexo dos valores de uma nação. Pois bem, somos confusos, desiguais; desgraçados para muitos e idílicos para poucos. A partir da obrigatória reforma dos **impostos** sobre consumo -que é o óbvio ululante e em breve terá um relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)- precisamos chegar a uma **reforma tributária** integral, revisando também os **impostos** sobre renda e patrimônio (além, certamente, das isenções fiscais). E comunicando isso desde já. Nosso cipoal tributário é irracional, desestimula a economia, precariza o emprego e atrapalha o empreendedorismo. Só temos

a ganhar.

Uma discussão que deve ser feita de maneira também articulada é sobre como taxar lucros e dividendos. A partir de 1996, o Brasil parou de fazê-lo -o que foi compensado por uma elevada alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ): 34% (a média nos países membros da OCDE é de 21%).

No entanto, estudos de Rodrigo Orair, Bráulio Borges e Sérgio Gobetti revelam que a taxa média efetiva de IRPJ no Brasil é, de fato, 22% -graças a acrobacias contábeis e jurídicas, que custam uma fortuna às empresas e são parte do "custo Brasil". E há quem pague ainda menos. A Petrobras, por exemplo, manobrou por anos uma alíquota efetiva de 17%. Logo, para taxar lucros e dividendos -e colocar empresas em pé de igualdade (e oportunidade)- é preciso também baixar o IRPJ. A tendência mundial é tributar menos as empresas e mais a renda. É nessa direção que dá certo. Temos muito a fazer para além da reforma sobre os **impostos** de consumo.

Um bom guia para pensar **impostos** de maneira integrada, e reorganizar o nosso sistema para melhor, é o livro "Progressividade Tributária e Crescimento Econômico", recentemente lançado pelo Observatório de Política Fiscal do Ibre/FGV e organizado pelo economista Manoel Pires.

Há momentos decisivos em que se leem o caráter de uma nação -e que forjam o seu futuro. Assim será o ano de 2023 no Brasil. Com o país cansado de pagar o pato por um sistema tributário disfuncional, há agora caminho para um pacto por mais crescimento, formalização e menos regressividade. Tudo junto, e juntas.

[...] Há momentos decisivos em que se leem o caráter de uma nação -e que forjam o seu futuro. Assim será o ano de 2023 no Brasil. Com o país cansado de pagar o pato por um sistema tributário disfuncional, há agora caminho para um pacto por mais crescimento, formalização e menos regressividade

Guilherme Cezar Coelho, Fundador da Samambaia.org e membro do Conselho de Governança do Gife (Grupo de Institutos e Fundações Empresariais)

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50266>

Por unanimidade, STF suspende presunção de "boa-fé" no ouro



Membro do Ibama pula de helicóptero para destruir balsa de garimpo na Terra Indígena Yanomami (RR) Lato de Almeida - 31.06.13/Folhapress

Constança Rezende

O STF (Supremo Tribunal Federal) confirmou por unanimidade, na noite desta terça-feira (2), a suspensão da previsão legal que instituiu a chamada "presunção de boa-fé" no comércio do ouro.

Esse instrumento permite que o ouro seja comercializado no Brasil apenas com base nas informações dos vendedores sobre a origem do produto.

A corte optou por seguir a decisão individual proferida por Gilmar Mendes em 4 de abril, que suspendeu a aplicação do uso da chamada boa-fé para atestar a legalidade do ouro. O julgamento foi feito em plenário virtual, onde os ministros podem colocar seu voto diretamente no sistema eletrônico do STF.

No sábado (29), acompanharam o voto do relator os ministros Edson Fachin, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Rosa Weber (presidente da corte) e Alexandre de Moraes

Nesta terça-feira (2), seguiram o mesmo entendimento os ministros Luís Roberto Barroso, Luiz Fux, André Mendonça e Nunes Marques.

Ao suspender esse instrumento, que está previsto em lei de 2013, Gilmar afirmou que "o diploma legislativo em questão inviabilizou o monitoramento privado ao desresponsabilizar o comprador, o que incentivou o mercado ilegal, levando ao crescimento da degradação ambiental e ao aumento da violência nos municípios em que o garimpo é ilegal".

O ministro também determinou ainda a adoção, em até

90 dias, por parte do Poder Executivo da União, de um novo marco normativo para a fiscalização do comércio do ouro.

A boa-fé faz parte de um bloco de normas previstas dos artigos 37 a 42 na Lei nº 12.844, de 2013. Os dispositivos foram inseridos pelo deputado Odair Cunha (PT-MG) durante a tramitação de uma MP sobre seguro agrícola, e o texto, sancionado por Dilma Rousseff. A nova lei em elaboração revoga todos esses artigos.

O PSB e a Rede Sustentabilidade apresentaram a primeira ação deste tipo em novembro do ano passado, e a ADI do Partido Verde foi protocolada em janeiro de 2023.

A regra desobrigava os compradores de ouro, basicamente DTVMs (distribuidora de títulos e valores mobiliários), de questionarem o primeiro vendedor sobre a origem do produto.

Essa medida é apontada por especialistas em combate ao crime ambiental e financeiro como a principal brecha legal para lavar ouro extraído de terra indígena e reserva ambiental.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vinha preparando a revogação da lei de presunção de boa-fé. Uma versão do texto obtida pela Folha estabelecia uma série de exigências nas transações com o metal.

A medida provisória em elaboração no governo também poderia abrir caminho para se implementar a rastreabilidade, antigo pleito de quem combate o garimpo ilegal.

O ministro da Ministério da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino (PSB), já criticou o instrumento numa entrevista no programa à Voz do Brasil, argumentando que a norma servia para legalizar o ouro clandestino e deveria ser considerada inconstitucional.

A fala de Dino foi feita no fim de janeiro, quando a crise humanitária dos yanomamis havia explodido.

No fim de março, a **Receita Federal** publicou uma instrução normativa em que adota a nota fiscal eletrônica para a comercialização do ouro do garimpo,

primeira mudança em um pacote de alterações legais previsto pelo governo federal para a lavra garimpeira.

Já Ministério dos Povos Indígenas, em sugestão enviada para ajudar a AGU a formular a posição no STF, havia sido categórico em afirmar que a boa-fé é uma das normas que elevam o risco à vida para as comunidades indígenas.

Em voto proferido ao suspender a boa-fé, o ministro Gilmar Mendes ainda afirmou que "é preciso que esse consórcio espúrio, formado entre garimpo ilegal e organizações criminosas, seja o quanto antes paralisado."

"Além dos evidentes danos ao meio ambiente, com comprometimento para a saúde humana, inclusive, em especial da população indígena, a atividade de garimpo ilegal abre caminho para outros crimes, contribuindo para o aumento da criminalidade e insegurança na região", escreveu ainda o relator.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50266&maxTouch=0&_ga=2.183530726.199915065.1683093406-1380897342.1635735907

A controvérsia do empate nos julgamentos tributários (Artigo)

Everardo Maciel Consultor tributário, foi secretário da Receita Federal (1995-2002),

Causou-me estranheza ler, na exposição de motivos da Medida Provisória (MP) n.º 1.160, de 2023, que a extinção do voto de qualidade nas decisões do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** produzira uma perda de arrecadação de R\$ 59 bilhões.

A estranheza decorre da associação que se fez entre geração de receitas e critério de desempate nas decisões do **Carf**, órgão cuja finalidade é julgar, no âmbito administrativo, a procedência ou não de autos de infração lavrados contra contribuintes.

Presumir o **Carf** como órgão de arrecadação é desnaturar sua vocação, como já afirmara o tributarista Hamilton Dias de Souza no artigo Voto de qualidade: inconstitucionalidade por falta de pressuposto de fato.

A Lei n.º 13.988, de 2020, extinguiu o voto de qualidade no **Carf**, que era invariavelmente proferido por um representante do Fisco, e previu que, nos casos de empate, a decisão beneficiaria o contribuinte.

A MP n.º 1.160 pretende restabelecer a situação anterior, com base em pífia argumentação.

Independentemente de a MP vir ou não a se converter em lei, é previsível a ocorrência de tratamentos distintos para uma mesma matéria, a depender do critério de desempate vigente na data do julgamento, o que concorre para ampliar a já elevada insegurança jurídico-tributária.

Esse imbróglio decorre da inviável representação paritária do Fisco e do contribuinte.

Órgãos de deliberação com um número par de membros encerram sempre a hipótese de empate nos julgamentos, o que implica a adoção de questionáveis critérios de desempate.

Além disso, a legitimidade da própria representação é discutível.

Para enfrentar as impropriedades da paridade e da legitimidade da representação, uma solução seria prover o órgão de julgamento com servidores

concursados para a função, abdicando da "representação" do Fisco e do contribuinte, preservando a instância administrativa no processo tributário e compondo suas turmas com um número ímpar de julgadores. Esse modelo é adotado em Pernambuco, desde 1978, para os **tributos** de sua competência.

Uma opção mais modesta consistiria em preservar a representação paritária e constituir uma carreira de julgadores, com atribuições para presidir as turmas de julgamento, fixar suas pautas e proferir voto tão somente nos casos de empate.

De resto, o **Carf**, em proveito da imparcialidade, deveria gozar de autonomia financeira e administrativa, mantida sua subordinação à União.

Qualquer solução, infelizmente, enfrentará resistência corporativa

Everardo Maciel Consultor tributário, foi secretário da **Receita Federal** (1995-2002)

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Fazenda já mira mais medidas relacionadas ao Imposto de Renda

O Ministério da Fazenda de Fernando Haddad planeja continuar tomando medidas pontuais de "correção" relacionadas ao Imposto de Renda (IR) antes de enviar ao Congresso a reforma desse tributo, o que está previsto para ocorrer no segundo semestre.

No início da semana, o governo publicou medida provisória (MP) que eleva a faixa de isenção do IR da Pessoa Física contendo, como compensação, iniciativas para tributar rendimentos no exterior de cidadãos residentes no Brasil. A iniciativa atinge principalmente recursos depositados em paraísos fiscais, onde praticamente não há cobrança de **impostos**.

Integrantes do Ministério da Fazenda afirmam que a intenção é fechar o que consideram brechas como essa. E, com isso, passar a tributar o que ainda não é cobrado.

Publicar medidas pontuais agora permite ao governo garantir que elas entrem em vigor no próximo ano. Essa mesma garantia não se daria na reforma do IR. Isso ocorre porque alterações no IR atendem ao princípio da anualidade - ou seja, uma alteração neste ano valerá para o ano seguinte. Assim, uma medida pontual entraria em vigor em 2024, enquanto há dúvidas se a reforma do IR será concluída neste ano.

Faz parte da estratégia não antecipar o teor das próximas medidas, mas o ministro Fernando Haddad já mencionou ao menos duas ações.

Uma delas é instituir o regime de come-cotas para fundos exclusivos, que hoje só são cobrados na hora do resgate. O regime de come-cotas vale para todos os demais fundos. Haddad disse que mandou estudar o uso do mecanismo de Juros sobre o Capital Próprio (JCP), pois avalia que estão ocorrendo abusos.

Juros sobre capital próprio são uma forma de a empresa distribuir lucro aos acionistas, sócios ou cotistas.

Economistas defendem que a revisão no JCP e nos dividendos (hoje isentos) seja acompanhada de uma redução do IR da Pessoa Jurídica, para evitar aumento de tributo.

Cobranças sobre paraísos fiscais, fundos exclusivos e

o fim da JCP eram previstos em um projeto de lei enviado pelo então ministro da Economia Paulo Guedes ao Congresso em 2021, para modificar as regras do IR. O trecho dos paraísos fiscais foi retirado na Câmara. (Manoel Ventura)

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Copom mantém juro em 13,75%, mas reconhece progressos na política fiscal

Larissa Garcia e Alex Ribeiro De Brasília

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) manteve os juros básicos em 13,75% ao ano, sem ceder às pressões do governo para baixá-los, mas fez acenos à equipe econômica em reconhecimento aos progressos na política fiscal.

Além disso, o colegiado reformulou a sua linguagem para se proteger de interpretações sobre um possível retorno do ciclo de alta.

A autoridade monetária reiterou que a conjuntura de combate à **inflação** demanda "paciência e serenidade" na condução dos juros e reforçou sua estratégia de manter a Selic elevada por "período prolongado".

O Copom vem mantendo os juros estáveis desde agosto do ano passado para levar a **inflação**, que ficou em 4,65% no período de 12 meses até abril, à meta de 3% até 2024. Suas projeções de **inflação**, apresentadas em **comunicado** divulgado ontem, mostram que o juro deve ficar alto para cumprir esse objetivo.

No chamado cenário de referência, que leva em conta o início do ciclo de corte de juros em setembro, como previsto pelo mercado, a projeção de **inflação** fica em 5,8% em 2023, acima do teto da meta. Para o período, o objetivo é 3,25% com tolerância de 1,5 ponto percentual, podendo chegar a, no máximo, 4,75%. Para 2024, a expectativa do comitê é de 3,6%, o que fica dentro do intervalo permitido, mas acima do centro da meta, que é de 3%.

O Copom apresentou, mais uma vez, um cenário alternativo, em que a Selic é mantida ao longo de todo o próximo ano. Nessa simulação, as projeções de **inflação** ficam em 5,7% para 2023, também acima do teto da meta, e 2,9% para 2024, levemente abaixo do centro do alvo.

No **comunicado** da decisão, o Copom repetiu que "não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso o processo de desinflação não transcorra como esperado". O trecho havia sido criticado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que o interpretou como uma ameaça de elevar o juro.

Na verdade, a frase vinha sendo repetida desde

agosto de 2022, como forma de esfriar as apostas unilaterais do mercado numa baixa de juro. Para evitar mal entendidos, agora o Copom ressaltou que considera um novo aperto monetário "um cenário menos provável".

Em relação à política fiscal, o BC reconheceu que a volta dos **impostos** nos combustíveis e, principalmente, a apresentação de uma proposta de arcabouço fiscal, reduziram parte da incerteza. Mas, por outro lado, o colegiado ponderou que a **inflação** está em um estágio de desaceleração "que tende a ser mais lento" em ambiente de expectativas de **inflação** desancoradas.

Isso, segundo o **comunicado**, demanda maior atenção na condução da política monetária.

"O Copom enfatiza que não há relação mecânica entre a convergência de **inflação** e a aprovação do arcabouço fiscal, e avalia que a desancoragem das expectativas de longo prazo eleva o custo da desinflação necessária para atingir as metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Nesse cenário, o Copom reafirma que conduzirá a política monetária necessária para o cumprimento das metas", reforçou.

O balanço de riscos permaneceu simétrico, ou seja, com equilíbrio em fatores que podem fazer a **inflação** superar o projetado ou ficar abaixo. Entre os fatores do lado negativo, citou o arcabouço fiscal, com incerteza "ainda presente" sobre seu desenho final e sobre os impactos nos ativos de risco e nas projeções para a dívida pública e para a **inflação**.

Sobre o ambiente externo, o BC avaliou que se mantém adverso e que os episódios envolvendo bancos no exterior têm elevado a incerteza, "mas com contágio limitado sobre as condições financeiras até o momento".

Em relação ao cenário doméstico, o BC pontuou que o conjunto dos indicadores mais recentes de atividade econômica "segue corroborando o cenário de desaceleração esperado", ainda que "exibindo maior resiliência no mercado de trabalho". A autoridade monetária afirmou os núcleos de **inflação** seguem acima do compatível com o cumprimento da meta.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187535>

Impacto tributário no setor de infraestrutura - OPINIÃO JURÍDICA

Luis Claudio Yukio Vatari é sócio de tributário do Toledo Marchetti

O contribuinte brasileiro já está acostumado, ou deveria estar, a se deparar com várias novidades no campo tributário no começo de cada ano, especialmente na mudança de governos. Apesar desse cenário não ser algo exclusivo do Brasil, aqui tem-se questões adicionais em função dos preceitos tributários e constitucionais que tornam as inovações ainda mais complexas.

A Medida Provisória (MP) nº 1.159/2023 promove alterações que afetam todos os setores da economia e, de maneira antagônica, a Medida Provisória nº 1.157/2023, que igualmente impacta a economia como um todo (sem entrar nos detalhes do Decreto nº 11.374/2023 que revogou outros benefícios).

Não existe dúvida quanto à pluralidade de inovações no campo tributário, no entanto é interessante analisar os seus efeitos não apenas imediatos, mas as consequências dentro do setor de infraestrutura, em especial em um tema muito sensível especialmente no equilíbrio econômico entre as partes.

Em uma economia como a brasileira, em um período de recuperação econômica, as atividades ligadas à infraestrutura são o termômetro de como será a retomada do tão sonhado crescimento sustentável.

Dentro desse cenário, a Medida Provisória nº 1.159/2023 veio normatizar o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins - apelada de "tese do século".

Em sentido diametralmente oposto, a Medida Provisória nº 1.157/2023 veio prorrogar o incentivo fiscal incidente sobre os combustíveis das mesmas contribuições. Essa contradição foi endereçada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, como uma "decisão política" em entrevista concedida aos contribuintes.

Adicionalmente, o ministro defendeu que existia um "desequilíbrio" na sistemática do PIS/Cofins após a decisão final do Poder Judiciário, ou seja, em um silogismo bem simples: já que o ICMS não faz parte da base de cálculo das contribuições, os contribuintes

não poderiam calcular créditos sobre o mesmo ICMS.

Essa justificativa, apesar de aparentemente fazer algum sentido, não necessariamente é acompanhado da lógica tributária que impera no direito brasileiro, pois apesar da nomenclatura de não cumulatividade, a sistemática atribuída ao PIS/Cofins tem a natureza de crédito presumido de **tributos**, uma vez que a legislação atribui e determina as rubricas que geram ou não geram créditos para os contribuintes independentemente do quanto foi efetivamente recolhido na etapa anterior. Dessa forma, a motivação apontada pelo governo federal é no mínimo questionável.

Importante destacar que, desde o pronunciamento do STF sobre a inconstitucionalidade da incidência do PIS/Cofins sobre o valor do ICMS, as empresas já vêm discutindo sobre equalização dos contratos para tentar capturar, cada uma sua parte, esse ganho tributário. Com o advento da Medida Provisória nº 1.159/2023, a discussão estaria encerrada, correto? Não!

Essa afirmação não é verdadeira por inúmeros motivos. Nos termos mencionados anteriormente, a não cumulatividade da contribuição ao PIS e à Cofins funciona como um crédito presumido. Isso significa dizer que o cenário de causa e efeito utilizado na justificativa quando da publicação da medida não é verdadeira.

O cálculo de créditos de PIS/Cofins possui uma base totalmente diferente da apuração dos débitos dessas exações. Ou seja, do ponto de vista financeiro/contábil, não é possível afirmar se houve ou não a redução do custo efetivo de cada contrato. Tal fato aliado à concessão/prorrogação do incentivo (dos mesmos **tributos**) promovida pela Medida Provisória 1.157/2023, já configura a complexidade do tema.

Não obstante as questões acima, que colocam complexidade nos contratos de longo prazo, como no setor de infraestrutura, a via eleita para promover as mudanças foram medidas provisórias, que perderão a validade em seis meses se não forem convertidas em lei pelo Congresso Nacional. Nesse cenário, como ficariam as negociações em curso? Poderiam os contribuintes ter os créditos extemporâneos? Essas questões devem ser consideradas já de pronto em qualquer negociação, inclusive de novos contratos

para prever qualquer impacto tributário.

Em especial, a conversão da Medida Provisória nº 1.159/2023 será o primeiro teste para a articulação do governo federal junto ao Poder Legislativo - e um dos mais importantes, pois se esta não for convertida em lei, os efeitos na arrecadação podem ser muitos danosos. Com efeito, os contribuintes que não puderem se valer dos créditos de PIS/Cofins calculados sobre o ICMS com certeza irão utilizar tais valores para deixar de recolher **tributos** federais no segundo semestre, mas acrescidos de juros (SELIC), aumentando ainda o descompasso das finanças públicas.

Assim, mais um ano se inicia no Brasil, da mesma maneira que tantos outros começaram, com uma incerteza no ordenamento jurídico tributário, sendo que cada contribuinte terá que eventualmente se socorrer do Poder Judiciário.

Luis Claudio Yukio Vatari é sócio de tributário do Toledo Marchetti

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187535>

A controvérsia em torno da taxa Selic (Artigo)



Adolfo Sachsida

Nos jornais, revistas, redes de televisão e programas de rádio, o tema do momento é a pressão de diversos setores da sociedade pela redução da taxa Selic, instrumento utilizado pelo Banco Central do Brasil para perseguir a meta de inflação. É evidente que variações na taxa Selic influenciam as demais taxas de juros na economia. No entanto, uma hipotética redução da Selic levaria a efeitos duvidosos nas demais taxas de juros - e o mais provável, na verdade, é que muito pouco dessa redução chegasse à ponta da cadeia econômica, beneficiando empresas e famílias.

Em primeiro lugar, temos o óbvio: de acordo com a regra de Tinbergen, um instrumento só pode servir a um único objetivo. Não é possível, então, utilizar o mesmo instrumento de política monetária para a persecução de dois objetivos distintos. Dado que a taxa Selic é o instrumento utilizado pelo Banco Central para perseguir a meta de inflação, não sendo possível utilizá-la também para gerar crescimento econômico ou mesmo para dar credibilidade à regra fiscal. Caso o Banco Central utilize a taxa Selic para outro objetivo, restará evidente que o combate à inflação estará comprometido.

Em segundo lugar, há outra obviedade: a taxa Selic funciona como um sinalizador para outras taxas se, e somente se, o Banco Central desfrutar da credibilidade necessária para a ancoragem das expectativas. Se existem pressões inflacionárias, risco fiscal e dúvidas acerca da política econômica, uma redução da Selic pode levar a um efeito oposto ao desejado, ou seja, aumentando a incerteza e levando a juros maiores para empresas e famílias.

Em terceiro lugar, algo igualmente óbvio: as taxas de juros a empresas e famílias são muito superiores à Selic. A simples redução dessa taxa tem efeito limitado sobre as demais taxas no curto prazo. Atualmente, a taxa Selic encontra-se em 13,75% ao ano. Vejamos alguns exemplos de outras taxas de juros no banco mais popular do Brasil, a Caixa Econômica Federal (os dados são do Banco Central). O cartão de crédito parcelado pessoa física está em 161,69% ao ano; o cheque especial pessoa física, em 154,58%; o capital de giro prazo superior a 365 dias pessoa jurídica, em 19,48%; e o desconto de cheque pessoa jurídica, em 38,43%.

Depreende-se, então, que mesmo reduções expressivas na taxa Selic ainda manteriam as demais taxas em patamares elevados. Isso se deve a fatores estruturais, tal como a baixa capacidade de recuperação de crédito. De acordo com dados do Banco Mundial, no Brasil, a taxa de recuperação de crédito é de 18,20 centavos por dólar emprestado, contra uma média mundial de 36,90. Isto é, recuperamos menos da metade da média mundial.

Por aqui, tivemos uma experiência de sucesso na redução estrutural da taxa de juros a pessoas físicas: a antecipação do saque aniversário do FGTS. Uma pessoa que vá à Caixa Econômica Federal pedir um empréstimo (crédito pessoal não consignado) pagará uma taxa de juros de 36,88% ao ano. Mas, se ela se utilizar do saque-aniversário do FGTS em garantia, essa taxa cai para 23,70% ao ano. Ou seja, uma redução de 13,18 pontos percentuais (e uma redução de 35,7% no custo do empréstimo).

O que os parágrafos acima mostram é que reduções significativas nas taxas de juros para famílias e empresas são obtidas via medidas estruturais, tais como a melhora das garantias ou das taxas de recuperação do crédito. O efeito da taxa Selic nas outras taxas é pontual e limitado. Sendo assim, a medida mais eficiente para a redução dos juros no Brasil é a aprovação do PL 4188/21, o Novo Marco de Garantias - já aprovado na Câmara e aguardando votação no Senado. Esse projeto de lei tanto melhora o uso das garantias quanto aprimora a recuperação de crédito. Essa é a chave para a redução significativa e estrutural da taxa de juros para empresas e famílias no Brasil.

Ao permitir o fracionamento das garantias e aprimorar a recuperação do crédito, o PL 4188/21 tem o potencial de dobrar o mercado de capitais, de crédito e de seguros no Brasil. Além disso, é ele que poderá reduzir estrutural e significativamente as taxas de juros ao usuário final, que são as empresas e famílias.

Adolfo Sachsida, Ex-ministro de Minas e Energia e ex-secretário de Política Econômica

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/04/05/2023/p1>

EUA elevam juro em 0,25 ponto e indicam pausa no ciclo de altas



O presidente do Fed (Federal Reserve, o banco central dos EUA) chega para entrevista em Washington. Anna MoneyMaker/Getty Images/AFP

Howard Schneider Ann Saphir

O Fed (Federal Reserve, o banco central americano) elevou nesta quarta-feira (3) a taxa de juros em 0,25 ponto percentual e sinalizou que deve pausar os aumentos, dando tempo às autoridades para avaliar as consequências das recentes falências de bancos, aguardar a resolução de um impasse político sobre o teto da dívida dos Estados Unidos e monitorar o curso da **inflação**.

A decisão unânime elevou a taxa de juros de referência do banco central dos EUA para a faixa de 5,00% a 5,25%, no décimo aumento consecutivo do Fed em um ciclo iniciado em março de 2022.

Em uma mudança de postura, o banco central não diz mais que "antecipa" que novas elevações de juros serão necessárias, apenas que observará os dados recebidos para determinar se mais aumentos "podem ser apropriados".

O novo posicionamento, no entanto, não garante que o Fed manterá os juros estáveis em sua próxima reunião, em junho -o **comunicado** da instituição destacou que "a **inflação** permanece elevada" e a expansão do emprego ainda "está em ritmo robusto".

Em entrevista a jornalistas após a divulgação da decisão, o presidente do banco central americano, Jerome Powell, disse que ainda considera que a alta de preços está em patamar muito elevado e que as pressões continuam a ser motivo de preocupação.

Diante desse cenário, Powell disse que é muito cedo

para dizer que o ciclo de alta dos juros acabou. "Estamos preparados para fazer mais" incrementos nas taxas se necessário, disse.

Não houve uma decisão de pausar os aumentos de juros na reunião do Fed de junho, e o que acontece a seguir com os custos de empréstimos é uma decisão que será tomada a cada reunião, afirmou Powell.

"Para mim, a chave foi a mudança de uma única palavra, dizendo que eles determinarão se futuros aumentos serão necessários, enquanto da última vez eles disseram estar antecipando que novos aumentos de juros seriam necessários", disse Sam Stovall, estrategista-chefe de investimentos da CFRA Research em Nova York.

"Com a palavra "determinar" no lugar de "antecipar", estão essencialmente dizendo aos mercados que o Fed está agora em pausa."

Os juros nos EUA estão agora praticamente no mesmo nível em que estavam às vésperas da crise financeira de 2008, e no patamar que uma série de autoridades do banco central projetou, em março, que seria adequado para levar a **inflação** de volta à meta de 2% -menos da metade do patamar em que a taxa se encontra atualmente.

O crescimento continua modesto, mas "os desdobramentos recentes provavelmente resultarão em condições de crédito mais restritivas para famílias e empresas e pesarão na atividade econômica, nas contratações e na **inflação**", disse o Fed.

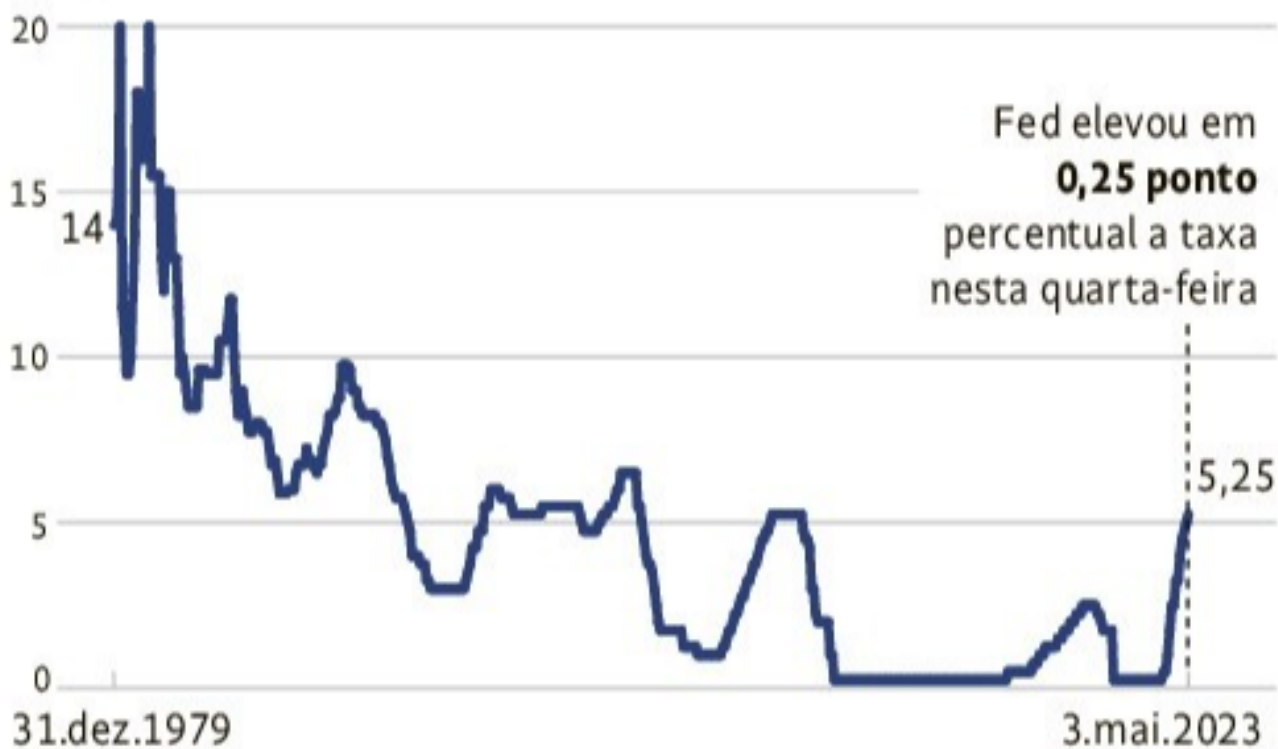
Os riscos em torno das recentes falências de vários bancos dos EUA e do impasse sobre o limite da dívida no Congresso americano ampliaram o senso de cautela da autoridade monetária sobre tentar subir mais os juros.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50266&maxTouch=0&_ga=2.183530726.199915065.1683093406-1380897342.1635735907

Meta da taxa de juros do banco central dos EUA

Varição mensal, em %



Fonte: Bloomberg

No Brasil, dólar e Bolsa fecham em queda após decisão

Marcelo Azevedo

O dólar aprofundou as perdas e voltou a fechar abaixo do R\$ 5,00 nesta quarta-feira (3), após a decisão do Fed (Federal Reserve, o banco central americano) de elevar os juros nos Estados Unidos em 0,25 ponto percentual, para a faixa entre 5,00% e 5,25%.

A Bolsa brasileira, por sua vez, teve leve baixa.

O Ibovespa caiu 0,13%, a 101.797 pontos. O dólar fechou em queda de 1,10%, a R\$ 4,990.

As ações ordinárias da Petrobras fecharam em baixa de 0,11%, enquanto as preferenciais caíram 0,35%. A Vale fechou o dia caindo 0,73%.

Na Eletrobras, houve queda de 1,40% nas ordinárias e de 1,04% nas preferenciais.

O Carrefour teve a maior queda desta quarta na Bolsa brasileira, fechando o dia com baixa de 8,78%, após ter registrado prejuízo no primeiro trimestre do ano.

Nos EUA, os principais índices também tiveram queda. O Dow Jones, o S P 500 e o Nasdaq caíram 0,80%, 0,70% e 0,46%, respectivamente.

Os mercados futuros também recuaram. Os contratos com juros para janeiro de 2025 iam de 11,98% para 11,89%. Os com vencimento em 2027 caíram de 11,79% para 11,66%, enquanto os de 2029 iam de 12,10% para 11,99%.

A decisão de alta dos juros pelo Fed já era esperada pelo mercado. Apesar de o Fomc (Comitê Federal de Mercado Aberto) ter sinalizado que uma pausa no ciclo de alta das taxas é possível, o presidente da autoridade monetária, Jerome Powell, disse que ainda considera que a alta de preços está em patamar muito elevado e que as pressões continuam a ser motivo de preocupação.

"O Fed diz que vai observar o cenário para avaliar se há necessidade de continuar subindo os juros. Isso indica que as taxas podem já estar num patamar alto o suficiente, mas ainda deixa uma porta aberta para um novo aumento caso a **inflação** permaneça forte", diz Stephan Kautz, economista-chefe da EQI Asset.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50266&maxTouch=0&_ga=2.183530726.199915065.1683093406-1380897342.1635735907

À espera do arcabouço fiscal, BC mantém a Selic em 13,75%

THAÍS BARCELLOS ANTONIO TEMÓTEO BRASÍLIA

O Banco Central resistiu às renovadas pressões do governo e manteve, por unanimidade, a taxa básica de juros (Selic) em 13,75% ao ano pela sexta vez seguida.

É a primeira decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) desde a apresentação do novo arcabouço fiscal - regra que deve substituir o teto de gastos no controle das contas públicas.

A decisão, já amplamente esperada pelo mercado, mantém a Selic no maior nível desde janeiro de 2017. Entre as justificativas, o Copom cita no **comunicado** como fatores de risco a maior persistência das pressões inflacionárias globais e a "incerteza ainda presente sobre o desenho final do arcabouço fiscal" em negociação no Congresso, sobretudo "seus impactos sobre as expectativas para as trajetórias da dívida pública e da **inflação**".

O BC reconheceu que a apresentação da proposta pela equipe econômica reduziu as incertezas no campo das contas públicas, assim como a reoneração dos combustíveis - decisão tomada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no fim de fevereiro. Por outro lado, o Copom repetiu que não há "relação mecânica entre a convergência de **inflação** e a aprovação do arcabouço fiscal".

Em meio à forte ofensiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de integrantes do governo pela redução dos juros, o BC manteve a estratégia de manutenção da Selic para alcançar a convergência da **inflação** para a meta em 2024, mas em contrapartida apontou menor chance de voltar a subir os juros caso a **inflação** não desacelere como o esperado.

No **comunicado**, o BC inseriu trecho de que a retomada do ciclo de ajuste é um "cenário menos provável", embora tenha repetido que não hesitará em tomar essa decisão caso a **inflação** não ceda. O BC voltou a dizer que "a conjuntura demanda paciência e serenidade na condução da política monetária".

Desde a última reunião, em março, os membros do Copom têm reiterado que as condições para a queda dos juros básicos ainda não estão postas no Brasil. O presidente do BC, Roberto Campos Neto, tem dito que

a desaceleração da **inflação** tem sido lenta e que é preciso redução das expectativas inflacionárias, que já "fugiram" muito da meta. Já o governo vê a manutenção dos juros em patamar elevado como um obstáculo extra para o crescimento da economia.

O aumento do juro básico da economia se reflete em taxas bancárias mais elevadas, embora haja uma defasagem entre a decisão do BC e o encarecimento do crédito (entre seis meses e nove meses). A elevação da taxa de juros também influencia negativamente o consumo da população e os investimentos produtivos.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Brasil tem de atrelar crescimento e ambiente, diz relatório

BEATRIZ BULLA

O Brasil está em posição privilegiada, na comparação com outros países, para traçar uma rota de desenvolvimento que combine a busca por crescimento econômico com a preocupação em criar uma infraestrutura verde e resiliente. Se não adotar esse caminho, porém, pode ver a pobreza extrema aumentar nos próximos anos, como efeito dos choques climáticos. É o que aponta relatório elaborado pelo Banco Mundial, que sustenta que a opção por uma economia sustentável não custará mais caro ao País.

O estudo estima que as questões climáticas podem levar de 800 mil a 3 milhões de brasileiros à pobreza extrema em 2030.

Segundo o relatório, isso se deve ao fato de "reduções do rendimento agrícola relacionadas ao clima, eventos climáticos extremos, alterações nos preços dos alimentos, impactos na saúde e redução da produtividade do trabalho devido ao calor" serem fatores que exacerbam a pobreza.

"Há um forte alinhamento entre o que o Brasil tem de fazer para acelerar sua jornada para um status de país de renda alta e o que precisa ser feito na frente de mudanças climáticas", afirma Stephane Hallegatte, consultor sênior de mudanças climáticas do Banco Mundial e coautor do Relatório Sobre Clima e Desenvolvimento Para o País a respeito do Brasil.

O Banco Mundial já elaborou relatórios desse tipo sobre 26 países, nos quais aponta caminhos para combinar o desenvolvimento econômico com a preocupação climática.

EVENTOS CLIMÁTICOS.

O documento ainda aponta que eventos climáticos extremos causam perdas de R\$ 13 bilhões (US\$ 2,6 bilhões, ou 0,1% do PIB de 2022) por ano em média e afetam a competitividade econômica do País.

De acordo com o diretor do Banco Mundial para o Brasil, Johannes Zutt, o País deve aproveitar sua vantagem em energia renovável para se tornar potência de energia limpa ao mesmo tempo que implementa um plano para proteger a floresta

amazônica.

Perfil de emissões destoa do restante do mundo

Vantagem Quase metade da energia produzida no Brasil vem de fontes renováveis; no mundo, é de até 27%

O perfil brasileiro de emissões de gases de efeito estufa é diferente do resto do mundo. A maior parte (76%) entre 2000 e 2020 deriva de mudanças no uso do solo, o que inclui desmatamento e agricultura. Globalmente, esse índice é de 18%. De outro lado, a energia do País é considerada limpa, pois quase metade da que é produzida no Brasil vem de fontes renováveis, em contraste com a média de 15% a 27% no resto do mundo.

"O Brasil é um grande emissor de gases de efeito estufa não porque usa combustíveis sujos, mas porque ele continua cortando florestas para extrair madeira e expandir a agricultura", afirma o diretor do Banco Mundial para o Brasil, Johannes Zutt.

"Com 21% da floresta amazônica já cortada, o restante está se aproximando rapidamente de um ponto crítico, além do qual seu ciclo vital será irreparavelmente interrompido.

Isso terá impactos devastadores em toda a América Latina e particularmente para o Brasil", diz Zutt. O relatório considera que um possível ponto de inflexão na Amazônia teria impacto sobre o PIB acumulado do Brasil até 2050 de aproximadamente R\$ 920 bilhões.

O estudo sustenta que o custo de apostar em energia limpa, no Brasil, é equivalente ao de usar combustíveis fósseis.

As despesas de investimento iniciais, porém, seriam mais altas para geração, transmissão e armazenamento. Na leitura dos pesquisadores, isso seria "totalmente compensado por economias em termos de combustível e operações".

DESMATAMENTO.

Segundo Zutt, o País deve aproveitar sua vantagem em energia renovável para se tornar potência de energia limpa ao mesmo tempo em que implementa

um plano para proteger a floresta amazônica.

Com isso, argumentam os pesquisadores, o Brasil poderia atingir a meta de acabar com o desmatamento ilegal em 2028 e alcançar o desmatamento líquido zero em 2050 sem comprometer o desenvolvimento da região.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Arcabouço: bloqueio de despesas pode voltar a ser obrigatório



Texto. Segundo Haddad, a base do arcabouço está alinhada entre governo e Congresso e votação será na semana do dia 15

MANOEL VENTURA E RENAN MONTEIRO

MANOEL VENTURA E RENAN MONTEIRO

economia@oglobo.com.br

BRASÍLIA

Nas reuniões com deputados nos últimos dias, o relator da nova regra fiscal, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), tem indicado a manutenção da obrigatoriedade do contingenciamento (bloqueio) de gastos ao longo do ano como forma de garantir que a meta de resultado para as contas públicas será cumprida. Essa é uma sugestão dos próprios deputados. Cajado afirmou que vai apresentar o texto do projeto na próxima quarta-feira.

O relator se reuniu ontem com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. No encontro, ele apresentou o esboço inicial do texto, chamado por ele de "Regime Fiscal Sustentável".

"As propostas apresentadas por mim e por nossa equipe técnica foram bem avaliadas, inclusive pelo ministro, que se prontificou a discutir com as equipes do governo as mudanças", afirmou o deputado em nota. Cajado também se reuniu com a ministra do Planejamento, Simone Tebet, para explicar as ideias centrais que guiarão o texto.

Uma das alterações aventadas por deputados é com relação ao contingenciamento. Pelas regras de hoje, é

feito um relatório a cada dois meses para verificar se a meta fiscal está sendo cumprida. Se não estiver, o governo precisa bloquear gastos para garantir o cumprimento da meta.

O projeto proposto pelo governo Lula prevê que serão feitos relatórios em março, junho e setembro. Se esses relatórios identificarem que as metas não serão cumpridas, os três Poderes não são obrigados a bloquear os gastos.

Os deputados têm sugerido alterar esse ponto no texto e manter como é hoje, ou seja, com contingenciamento obrigatório se a meta não estiver sendo cumprida. A volta desse modelo é apontada nas reuniões como alternativa à punição como crime de responsabilidade caso o presidente deixe de cumprir a meta fiscal.

Hoje, descumprir o objetivo fiscal é crime de responsabilidade, o que fez com que diversos governos deixassem uma meta frouxa ou decidissem mudá-la ao longo do exercício. O texto do governo não mantém esse mecanismo. Os deputados, então, têm sugerido manter a descriminalização do descumprimento da meta, mas restabelecer a obrigatoriedade do contingenciamento.

O fim dos bloqueios obrigatórios foi pensado no Ministério da Fazenda com o argumento para melhorar a execução e o planejamento do Orçamento e evitar uma grande trava a investimentos ao longo do ano. O governo colocou como metas zerar o déficit nas contas públicas no próximo ano e fazer um superávit (contas no azul) equivalente a 1% do **PIB** em 2026.

VOTAÇÃO APÓS VIAGENS

Após se reunir ontem com Lira e Cajado, Haddad disse que a base do arcabouço fiscal está alinhada entre governo e Congresso e que a votação deve ficar para a semana do dia 15 de maio, quando ele já terá retornado de viagem ao Japão, onde participa do encontro de ministros do G7.

A nova data representa um adiamento em relação à previsão inicial do presidente da Câmara, que, em abril, disse que o texto da nova regra fiscal para substituir o teto de gastos poderia ser aprovado na Casa até 10 de maio. Lira também viajou ontem para

os Estados Unidos.

- Como eu vou estar em viagem a semana que vem, lá para o G7, e o presidente Lira também estará viajando, nós fomos acertar com o relator o cronograma de apresentação do relatório da regra fiscal. É um assunto interno da Câmara, não vou antecipar a decisão, mas eu fiz algumas ponderações de que a votação aconteça quando eu e o presidente Arthur Lira estivermos de volta-disse Haddad.

O arcabouço permitirá o crescimento real dos gastos, mas isso dependerá do comportamento das receitas. O aumento das despesas será equivalente a 70% do incremento das receitas acima da **inflação**, mas haverá um piso de 0,6% e um teto de 2,5% de crescimento real ao ano. Deputados à esquerda, inclusive do PT, criticam esses limites, mas o relator ainda não se manifestou sobre isso.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

EUA apoiam antecipar crédito do FMI para a Argentina

O governo do presidente dos EUA, Joe Biden, apoiará uma antecipação dos desembolsos do programa de US\$ 44 bilhões da Argentina com o Fundo Monetário Internacional (FMI), se as autoridades argentinas conseguirem negociar um novo cronograma com a instituição, segundo autoridades americanas a par da questão.

Pelo programa atual, a Argentina tem a receber US\$ 10,6 bilhões do FMI entre junho e dezembro.

Mas o país, pressionado pela queda das reservas, escalada da **inflação** e a pior seca em décadas, busca antecipar para junho o repasse de parte ou de todo esse valor do FMI.

Os EUA apoiarão a antecipação dos desembolsos por entender a necessidade de evitar o agravamento da crise econômica da Argentina, disseram essas autoridades, que pediram para não ter seus nomes divulgados.

O governo argentino planeja argumentar junto ao FMI que a severa seca que atinge o país é um choque externo, que foge ao seu controle, e que precisa dos recursos o quanto antes para dominar a crise.

O apoio dos EUA é importante, por ser o maior acionista do FMI e pelo desejo do Fundo de tomar decisões por consenso.

Mas negociar com a equipe do FMI a antecipação dos desembolsos não será tarefa fácil para a Argentina.

O Fundo provavelmente solicitará do governo argentino condições que poderão ser difíceis de cumprir, e o país tem um longo histórico de não conseguir cumprir as metas fixadas pelo FMI.

Outra autoridade dos EUA alertou que o governo americano precisará analisar qualquer acordo da equipe e fazer consultas com a liderança do FMI e outros membros de seu conselho executivo antes de assumir uma posição oficial.

O Departamento de Tesouro e o Conselho de Segurança Nacional dos EUA e o Ministério da Economia da Argentina preferiram não comentar o assunto.

Os bônus soberanos argentinos despencaram para o território de elevado risco três anos após o país ter reestruturado US\$ 65 bilhões em dívida externa. Papéis com vencimento em 2030 subiram 0,7% ontem, para cerca de 25,6 centavos por dólar de valor de face, enquanto a taxa de câmbio no mercado paralelo, conhecida como "blue", caiu 1%, para 469 pesos por dólar.

Uma porta-voz do FMI disse que a instituição continua a atuar em estreita colaboração com as autoridades argentinas para fortalecer o programa do país no contexto da seca, e que as discussões sobre a próxima análise estão em curso e seguem de maneira construtiva.

A Argentina é o maior tomador do FMI e tem um histórico complicado com o Fundo, após 22 programas diferentes em quase 70 anos terem tido pouco efeito em ajustar uma economia inclinada a crises.

O programa atual já saiu dos eixos, pois tudo indica que o governo perderá metas fundamentais até o fim de março, com a taxa de **inflação** anual alcançando 104% e o valor do peso despencando nos mercados paralelos. Esses reverses obrigaram as autoridades argentinas a pedir uma reformulação radical dos empréstimos.

Além disso, a Argentina está diante de uma eleição presidencial volátil neste ano, e obter um programa financeiro mais flexível poderá ser visto pela oposição como um favorecimento o governo antes do pleito de outubro.

Embora seja algo incomum para seus padrões, o FMI já antecipou o desembolso de empréstimos para a Argentina antes. Em 2018, o FMI aprovou antecipar os desembolsos para o governo do ex-presidente Mauricio Macri, num momento em que a economia mergulhou numa crise cambial desencadeada por outra seca significativa.

Mas a medida não estabilizou a economia e o programa foi suspenso por volta da eleição presidencial de 2019.

Para complicar ainda mais o quadro, a vice-presidente da Argentina, Cristina Kirchner, que ao longo dos anos criticou insistentemente o FMI, responsabilizou na

semana passada o atual programa pelas mazelas econômicas do país, ao reclamar que as regras do Fundo impedem o banco central de intervir para conter a queda do peso.

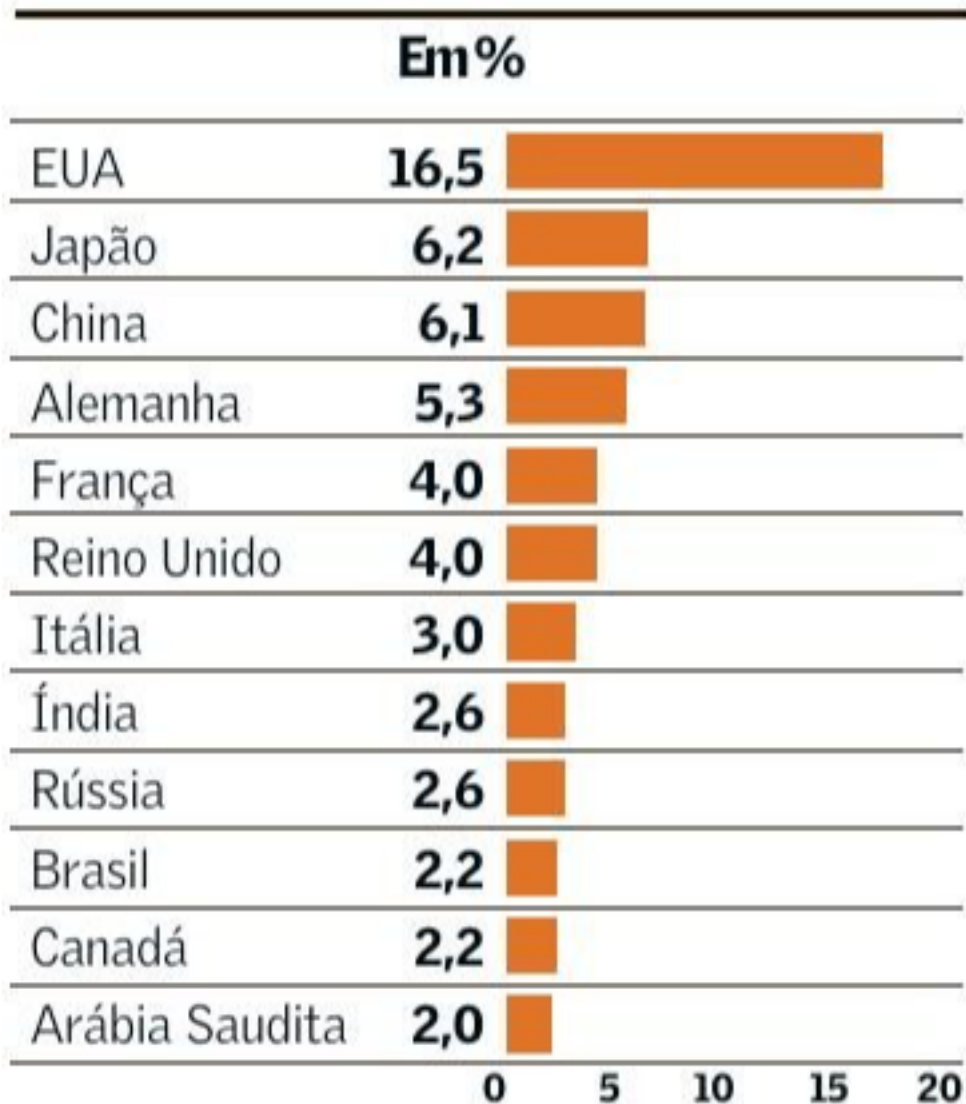
A economia da Argentina está diante de um de seus momentos mais graves, com a seca empurrando a atividade econômica em uma recessão. As reservas internacionais seguem encolhendo, mesmo após o Fundo ter desembolsado US\$ 5,4 bilhões em um novo programa de financiamento no início de abril, o que fez com que os desembolsos previstos na linha de crédito ampliada alcançassem US\$ 28,9 bilhões.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187535?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187535?page=1§ion=1)**

Quem manda no FMI

O poder de voto de cada país no Fundo



Fonte: FMI / Bloomberg

"Caso desmoraliza Bolsonaro, mas Lula precisa de resultados"



Argelina: "O ambiente está muito contaminado pela herança de Bolsonaro"

Caio Sartori Do Rio

Expoente da ciência política brasileira, Argelina Figueiredo avalia que a operação desta quarta-feira (3) tende a desmoralizar e isolar ainda mais o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Assim como outros episódios, no entanto, o caso da suposta fraude na carteira de vacinação não tende a abalar a base fiel de extrema-direita, que hoje seria cerca de 20% da população. Mesmo com um bolsonarismo em tese reduzido a esse patamar, a professora do Iesp-Uerj alerta: o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) precisa apresentar resultados positivos para manter a popularidade.

"A existência desse extremismo está perturbando muito o governo.

A crise política que vem desde 2014 não acabou: acentuou-se com Bolsonaro e ainda está configurando um contexto desfavorável para políticas fundamentais", avalia. "Paralisa a agenda. Não há o mínimo de estabilidade para estabelecer acordos." Para Argelina, Bolsonaro dificilmente terá um futuro em que consiga voltar a crescer para fora desse nicho radicalizado: "Um efeito claro é que vai desmoralizar ainda mais o Bolsonaro. Tem esse efeito negativo para a extrema-direita, que vai ficando cada vez mais isolada." A permanência do bolsonarismo, observa, se dá mais nas dificuldades impostas ao governo Lula, tanto pela herança de desorganização administrativa quanto por métodos de radicalização oposicionista que atrapalham a agenda. O Planalto precisou dedicar

esforços ao pós-8 de janeiro e à reorganização da máquina pública, e revogar decretos.

"Está muito difícil para esse governo trabalhar no sentido de aprovar coisas. Todo o ambiente está muito contaminado pela herança política, administrativa e ideológica de Bolsonaro", elenca. "Mas Lula, para manter a popularidade, realmente tem que mostrar algum resultado.

Por isso o desespero do governo." Outra dificuldade de Lula reconhecida por Argelina envolve a construção de uma base sólida de sustentação no Congresso. A explicação passa por uma tese defendida pela cientista política ao Valor antes mesmo da eleição: ao mesmo tempo em que a fragmentação partidária diminuiu no país, a divisão interna em cada partido cresceu. O caso do União Brasil é exemplar: mesmo com três ministérios, a legenda ainda reluta em se considerar governista e dar votos para a aprovação de projetos importantes.

"Uma consequência fundamental dessa divisão interna e da fusão de partidos que não têm nada a ver entre si é o efeito muito grande sobre a formação de coalizões.

Os partidos não chegam a acordo formal sobre a participação no governo e têm dificuldade para entregar os votos", afirma.

Argelina acredita que temas como o arcabouço fiscal e pautas econômicas de maneira geral, que permitem apelos mais amplos do governo para "diminuir a **inflação**, melhorar políticas públicas, aumentar o **desenvolvimento**" tendem a enfrentar menos dificuldade no Congresso do que outros projetos. Mesmo assim, considera importante para o Planalto dedicar atenção à agenda prioritária, inclusive com a incorporação de novos partidos à base.

"A despeito de CPI, de qualquer conflito político que possa estar instaurado, o governo vai precisar dirigir atenção prioritária para isso, até porque no caso do arcabouço fiscal há o problema de ter que formar maioria absoluta, não maioria simples", explica. "Por isso é muito importante acrescentar partidos à base: para ter maioria mais folgada e, talvez, mais confiável." Ao evocar a CPI do 8 de janeiro, a professora do Iesp aponta que qualquer comissão costuma trazer preocupações para governos, mas nesse caso" a

coisa é tão flagrante" contra o bolsonarismo que considera difícil criar problemas para Lula."Tem provas, tem imagens, tem de tudo. Não dá para apresentar de forma crível à maioria da sociedade algo diferente disso", avalia.

A cientista política achou "problemática", num primeiro momento, a retórica de Lula contra o Banco Central por causa dos juros altos, mas diz que agora o presidente parece ter encontrado um tom mais razoável no âmbito da discussão - num momento em que novos atores também têm dado opiniões contrárias ao patamar da Selic. Vê como erráticas a frase sobre a guerra da Ucrânia, depois revisada em outros pronunciamentos, e a declaração sobre suposta "armação" de Sergio Moro no caso do plano de uma organização criminosa para matar autoridades.

No âmbito desse tipo de fala e das tomadas de decisão, a experiente analista política diz ter notado ao longo dos anos que, de maneira geral, assessores de presidentes da República não têm coragem de falar a eles "o que não fizeram ou deveriam fazer". Essa dificuldade de comunicação fica ainda mais evidente no Lula 3, governo com menos aliados históricos ao lado do petista.

"Agora, com o Lula depois da prisão, de tudo pelo que passou, acho que fica mais difícil. Lula em 2003 era um "companheiro", falava de igual para igual com os aliados.

Depois, com a estatura que adquiriu, certamente existe mais essa dificuldade", afirma.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187535?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187535?page=1§ion=1)**

Fed aumenta juros e pode encerrar ciclo de aperto (Editorial)

O Federal Reserve americano elevou os juros em 0,25 ponto percentual, para 5,25%, e sinalizou pausa no ciclo de aperto monetário a partir de agora, desde que a trajetória da **inflação** continue declinante. Ao duplo arsenal do banco, o aumento da taxa básica - foram 5 pontos percentuais - e a redução do balanço somou-se, em um auxílio inesperado e indesejável à política monetária a restrição extra da oferta de crédito pelo sistema financeiro, motivada pela falência de bancos médios desde o início de março. O resultado é que à piora das condições financeiras com juros restritos do Fed se acrescentará nova dose contracionista com os limites à concessão de empréstimos para famílias e empresas.

"Em princípio teríamos de elevar mais os juros caso o estresse financeiro não tivesse acontecido", disse ontem Jerome Powell, presidente do banco, após a reunião que definiu os próximos passos da política monetária. O Fed decidiu que o rumo futuro dependerá basicamente da evolução da economia, avaliada reunião a reunião. Powell ressaltou que não houve uma decisão explícita do comitê (Fomc) de interromper o ciclo de elevação dos juros iniciado há 14 meses. Ele reconheceu, no entanto, como significativa a mudança no **comunicado** do Fed, que eliminou o trecho que indicava que um aperto adicional "pode ser apropriado para se chegar a uma instância de política monetária suficientemente restritiva para trazer a **inflação** de volta à meta de 2% ao longo do tempo".

O Fed, apesar de se estar perto de encerrar a rodada de aperto monetário, não prevê que a **inflação** se reduza rapidamente e se dirija para a meta tão cedo. "As pressões inflacionárias continuam altas e o processo desinflacionário ainda tem um longo caminho a percorrer", disse Powell. Segundo o presidente do Fed, os efeitos decorrentes das falências bancárias, certamente restritivos em relação às atividades econômicas, são incertos na magnitude de seus impactos e o banco "está preparado para fazer mais ajustes se mais restrições forem necessárias".

Uma parte importante do caminho para debelar a **inflação**, até aqui menos acidentado do que seria de se esperar diante de um ritmo sem precedente em 40 anos de alta dos juros, já foi percorrido. O **PIB** dos Estados Unidos perdeu ritmo e evoluiu 1,1% no primeiro trimestre do ano, ante 2,6% no último trimestre de 2022. O mercado de imóveis está

encolhendo, embora os preços ainda não como se prevê, os investimentos das empresas caíram.

O mercado de trabalho continua extremamente apertado, mas as estatísticas indicam que ele começou gradativamente a esfriar. No primeiro trimestre do ano, segundo a consultoria Oxford Economics, foram criados 1,65 milhão de postos de trabalho, o menor acréscimo nesse intervalo de tempo desde abril de 2021. A relação entre a oferta de vagas, durante muitos meses estacionada em duas para cada trabalhador em busca de emprego, diminuiu para 1,6. A taxa de demissão voluntária, um indicador da facilidade de o trabalhador trocar de emprego e obter um novo, caiu para 2,5%, já não tão distante do 1,9% do período pré-pandemia.

Powell afirmou que a economia ainda criou 345 mil empregos por mês no primeiro trimestre do ano, um ritmo bem forte, e que há sinais alentadores para a contenção da **inflação**, como o aumento da taxa de participação (percentual de pessoas que encontram ocupação em relação ao total da população em condições de trabalhar), e os reajustes dos salários estão ao redor de 4%, a uma pequena distância dos 3% que Powell considera normal para uma economia equilibrada.

Os técnicos do banco assinalaram que os EUA se aproximam de uma "recessão suave", hipótese que o presidente do Fed a considera possível, mas não inevitável. Ele acredita que o mercado de trabalho pode se adequar sem grandes cortes de empregos, o que não costumava ocorrer nos ciclos de desaquecimento no passado. "Há tanto excesso de demanda que nem um aumento de 5 pontos percentuais em juros foi capaz ainda de equilibrar a oferta de trabalho", afirmou.

O Fed não sabe ao certo se sua política é contracionista o suficiente. O estresse financeiro trará um aperto da oferta de dinheiro "não exatamente igual à forma habitual", e aprofundará os efeitos de juros a 5,25% - os mais altos desde meados de 2007 - e a redução do balanço, na casa de US\$ 170 bilhões desde o início da crise de bancos médios no início de março. Sobre ela, Powell apontou que os depósitos nessas instituições voltaram ao normal e que a supervisão do Fed terá mudanças para evitar novas falências inesperadas.

Apesar de tudo, a **inflação** não foi domada e Powell deixou claro que o Fed sequer cogita discutir o momento de virada do ciclo, o momento da redução dos juros. Da mesma forma, evitou ir muito além na análise de possíveis efeitos de um calote da dívida americana, caso o Congresso não chegue a um acordo até junho para elevar o teto da dívida pública. "Nem deveríamos estar falando sobre um mundo em que os Estados Unidos não pagam suas dívidas".

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230503/>